

Gramsci online? Um estudo preliminar sobre a aplicabilidade das categorias gramscianas ao ciberespaço

Gramsci online? A preliminary study on the applicability of gramscian categories to cyberspace

Friedrich Maier¹

Resumo: As tecnologias de informática e comunicação influenciam o campo de estudo das Relações Internacionais, criando um novo ambiente de ação: o ciberespaço. Tais processos engendram um fenômeno denominado por alguns autores de “ciberização” (*cyberization*) das relações internacionais que ainda padece de teorização adequada. O artigo tem por objetivo refletir de maneira preliminar sobre a adequação e potencialidade explicativa das categorias presentes na obra gramsciana de “Estado” e “hegemonia”, ao contexto do ciberespaço. Ao mesmo tempo, pretendemos contemplar o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo internacional – perspectiva recente de engajamento com a obra do sardo. Nossa hipótese afirma a potencialidade dessas categorias no trato desse novíssimo ambiente reconhecendo, para tal, a necessidade de um rigor metodológico e a reflexão sobre a própria ferramenta deixada por Gramsci de “tradução” (ou “tradutibilidade”), isto é, a constante ressignificação de suas categorias às particularidades históricas, culturais e sociais.

Palavras-chave: Ciberização; Desenvolvimento desigual e combinado; Relações internacionais; Gramsci.

Abstract: Computer and communication technologies influences the field of study of International Relations, creating a new environment of action:

¹ Graduação em Relações Internacionais e Mestrando em Ciências Sociais (linha 4: *Relações Internacionais e Desenvolvimento*) pela Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília – UNESP. É bolsista CAPES. Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos. Contato: fmaier250@gmail.com

cyberspace. These processes engender a phenomenon called by some authors "cyberization" of international relations, however it still suffers from adequate theorization. The paper aims to reflect in a preliminary way on the explanatory potential of the categories present in Gramsci's work of "State" and "hegemony", to the context of cyberspace. At the same time, we intend to contemplate the uneven and combined development of international capitalism - a recent perspective of engagement with the Sardinian's work. Our hypothesis affirms the potentiality of these categories recognizing the necessity of methodological rigor and reflection on the own tool left by Gramsci of "translation" (or "translatability"), the constant resignification of its categories to historical, cultural and social particularities.

Keywords: Cyberization; Uneven and combined development; International relations; Gramsci.

1. Introdução

Trabalhar questões sobre as Relações Internacionais (RII) dentro do ambiente cibernético² envolve a constatação de que os avanços em informática e comunicações das décadas de 1970, 1980 e 1990 culminaram no advento de tecnologias que hoje exercem grande influência, tanto ao nível particular quando ao nível global. O que nos permite afirmar que tais tecnologias empreenderam a construção de um “novo ambiente de sociabilidade humana” apto a ser pesquisado pelas Ciências Sociais (Guimarães Jr, 2000): o ciberespaço.

Tal panorama implica num novo objeto de estudos e reflexões cuja importância para as relações internacionais cresce na medida em que as sociedades adentram o “universo *cyber*” trazendo consigo questões que

² O prefixo “ciber” (em inglês, *cyber*) remonta ao campo de estudos fundado por Norbert Wiener em 1948 chamado de Cibernética, cujo objetivo principal era estudar a suposta semelhança entre os sistemas de *feedback* eletrônicos e humanos, propondo uma certa contiguidade entre os mesmos. Apesar de há muito a Cibernética ter perdido influência dentro do meio científico, autores e entusiastas dos desenvolvimentos da internet e das técnicas de virtualização passaram a adotar o termo para relacioná-lo aos desdobramentos dessas tecnologias. Comumente, afirma-se que o termo “ciberespaço” aparece pela primeira vez nos romances de literatura *cyberpunk* “*Burning Chrome*” de 1982 e “*Neuromancer*” de 1984 de William Gibson. Para uma revisão da história do conceito ver: Umpleby (2000); Kim (2004); Ottis e Lorents (2010); Bay (2016).

envolvem regulamentação, dependência de sistemas de controle e gerenciamento (SCADA), vulnerabilidades, militarização, mobilização social, entre outros. Apesar da escassez de literatura dentro da área, observamos alguns desenvolvimentos recentes que procuram apreender as relações internacionais dentro do contexto do ciberespaço. Todavia, tais desenvolvimentos refletem apreensões do *mainstream* teórico da disciplina – realismo e liberalismo – que em nossa perspectiva não se adequam ao novo panorama de relações engendradas pelo ciberespaço.

Desse modo, pretendemos demonstrar nesse artigo, ainda de forma propositiva e preliminar, um contraponto crítico a tais visões utilizando do referencial teórico encontrado em Antonio Gramsci, a partir de desenvolvimentos recentes na literatura que apontam para a apreensão das categorias gramscianas dentro do contexto de desenvolvimento desigual e combinado (DDC) do capitalismo internacional.

A justificativa de tal referencial se encontra na possibilidade de mirar o ciberespaço atentando para questões perdidas de vista pelas “teorias tradicionais” do realismo e liberalismo, tais como a existência de temporalidades diversas conectadas pela rede global (em oposição à metáfora da “aldeia global”, homogeneizadora); a relação entre “nacional” e “internacional” que dentro desse novíssimo ambiente se dá de forma mais intensa; a relação entre “Estado” e “sociedade civil” no ciberespaço; e, por fim, a possibilidade de aplicação do conceito de hegemonia dentro do contexto cibernético.

Desse modo pretendemos na primeira seção demonstrar o processo de “ciberização” das relações internacionais apontando, para tal, uma definição do ciberespaço a partir de uma discussão bibliográfica. A segunda e terceira seções versam sobre o referencial teórico da pesquisa, abordando as categorias gramscianas e a teoria do DDC respectivamente. Nesse ponto pretendemos demonstrar como tal referencial fornece alternativas de compreensão das relações internacionais e de pontos cruciais dentro da respectiva disciplina, tais

com uma visão alternativa do Estado e a possibilidade ontológica da própria multiplicidade humana enquanto elemento fundador das Relações Internacionais – em oposição à separação entre “política nacional” e “política internacional” preconizada pelas teorias tradicionais. Por fim, a seção de conclusões traz algumas considerações parciais e possibilidades de pesquisa a partir da perspectiva teórica aqui adotada, demonstrando como nosso referencial revela-se promissor em relação aos problemas cibernéticos elencados.

2. A “ciberização” das relações internacionais

Visto que o desenvolvimento da Internet e dos demais mecanismos de comunicação mediada por computadores são fenômenos relativamente novos, trabalhar com o ciberespaço como objeto de estudo traz consigo uma primeira tarefa: procurar uma definição desse ambiente. Portanto, uma breve recuperação histórica revela-se pertinente para compreender as posteriores discussões teóricas.

Em 1969³ o Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América (EUA) iniciou um projeto de conexão em rede entre poucos computadores de uso militar denominado ARPANET e já em 1972 o protocolo TCP/IP – base da troca de informações digitais – foi desenvolvido (Nye Jr, 2010, p. 3). No começo da década de 1980 observamos a transição do já amplamente utilizado sistema militar ARPANET pelos protocolos TCP/IP; os primeiros endereços *online* surgem também nesse período. Em 1982 versões rudimentares de caixas eletrônicas e *telefone bankings* poderiam ser encontrados dentro dos EUA. Somente em 1989 temos a abertura do que hoje reconhecemos por “*World Wide Web*” (WWW, a conexão internacional de computadores pelo protocolo

³ É claro que uma recuperação histórica abrangente do desenvolvimento do ciberespaço deve levar em conta também os desenvolvimentos nas indústrias de tecnologia anteriores à criação das tecnologias de rede e da Internet, principalmente no campo da microeletrônica (transistores, chips e microchips) e programação. Para uma recuperação breve desses processos recomendamos: Castells (2002, pp. 75-92).

desenvolvido em 72). Domínios atualmente muito acessados como o “Yahoo.com”, “Google.com” e “Amazon.com” surgem apenas na segunda metade da década de 1990 (Choucri, 2012, p. 50). Em junho de 2017, 3,8 bilhões de pessoas usaram a Internet, o principal componente do ciberespaço⁴.

O histórico do desenvolvimento da internet e do próprio ciberespaço, estabelece uma conexão entre os sistemas que integram esse novo ambiente e a chamada “revolução nos assuntos militares”, tema trabalhado por Hughes (2010) no qual o desenvolvimento das tecnologias acima descritas significou para as forças armadas dos Estados Unidos da América (EUA) uma ampliação da capacidade de líderes militares e políticos na tarefa de “comando e controle”. Tal capacidade foi posteriormente transportada para o setor civil, por meio do comércio eletrônico e da abertura da WWW, principalmente no pós-Guerra Fria. Nesse período, nota-se o papel dos EUA na propagação da internet de modo a expandir seus próprios produtos e ideais políticos, o que culminou na caracterização da função social da internet enquanto uma “plataforma de expansão do livre-comércio e livre discurso, de expansão da informação e transações econômicas” (Kiggins, 2011 *apud* Kiggins, 2014, p. 169, trad. nossa).

Todavia, ao se tratar de seus anos iniciais não devemos nos esquecer que o ciberespaço foi influenciado por muitas das ideias de seus “pioneiros” principalmente sob a base do discurso *cyberpunk*⁵, que preconizava o ambiente cibernético como essencialmente livre e capaz de gerar um novo tipo de ser humano, numa nova sociedade, não mais ameaçada pela tirania estatal (Fernandes, 2012, pp. 13-16). Tais proposições impactaram na própria

⁴ Dados disponíveis em: <<https://www.internetworldstats.com/stats.htm>>. Acesso em: 23 fev 2017.

⁵ O termo *Cyberpunk* pode ser compreendido como um movimento entusiasta que via nas reverberações da “revolução da informática” uma grande potencialidade para expandir ideais libertários fora do controle Estatal a partir das novas tecnologias em desenvolvimento, como a criptografia e a estrutura *end-to-end* da Internet. Para mais informações ver: Sterling, 1992. Um dos vários manifestos *cyberpunk* pode ser encontrado em Barlow, 1996.

estrutura *end-to-end*⁶ da Internet que a fez “resistente ao controle centralizado em seus anos iniciais, porque a complexidade dessa rede é implementada no final dos nós. Os nós principais apenas performam simples transferências de arquivos” (Below, 2014, p. 96, trad. nossa) e até hoje complica a ação nesse ambiente, trazendo questões como a anonimidade (Chawki, 2006).

A partir desse panorama histórico, as concepções do ciberespaço diferem em sua complexidade de aproximação. Algum ponto em comum permitiria dizer que: o ciberespaço compõe, de um lado, a interconexão dos diversos aparelhos eletrônicos (celulares, computadores, servidores, sistemas SCADA, firewalls, televisores e etc.) a partir de redes globais (como a Internet) ou locais (como intranets) cuja função é a transmissão, criação e processamento de informação baseadas na eletrônica (ou seja, *bits*) o que permite, do outro lado, a interação humana dentro desse ambiente.

Ao constatar esse espaço novo, tendo por peculiaridades ser totalmente desenvolvido pelo homem (*manmade*) e volátil (visto estar sujeito aos progressos tecnológicos) Nye Jr (2010) define o ambiente cibernético como um regime híbrido composto por uma camada física infraestrutural e uma camada virtual, concebendo que ações de um plano tenham influências no outro. Já Manjikian (2010) distingue o ciberespaço de outros ambientes de ação humana a partir de suas “qualidades únicas”, de “mobilizar usuários [...] prover rapidamente grandes quantidades de informação de qualidade incerta ou não-regulada [...] e] diminuir distâncias entre usuários” (p. 381).

Todavia, a definição a ser utilizada nesse trabalho é encontrada em Choucri (2012), por oferecer um panorama que demonstra o ciberespaço de modo complexo, permitindo discernir tanto as camadas infraestruturais (materiais) quanto os múltiplos atores que compõem esse ambiente (relações sociais). Discernindo essas camadas determina o ciberespaço composto por:

⁶ *End-to-end* é um princípio de design de rede que preconiza, em linhas gerais, que na comunicação em rede as informações transmitidas fiquem contidas nos nós finais (isto é, os usuários) e não em nós intermediários.

(1) bases físicas e infraestruturas que permitem o “campo de jogo” cibernético, (2) os blocos de construção lógicos que suportam a plataforma física e permitem serviços, (3) o conteúdo de informação armazenado, transmitido ou transformado, e (4) os atores, entidades e usuários com interesses diversos que participam nessa arena em vários papéis (p. 8, trad. nossa)

Nesse sentido, o ciberespaço compreende tanto a dimensão “*online*” quanto a “*off-line*”. Mas os termos não devem gerar confusão, a aparente oposição se desfaz quando observamos que “os dois ‘reinos’ [*online* e *off-line*] são fortemente entrelaçados, e que não podem ser considerados de forma independente” (Guimarães Jr, 2000, p. 144). O importante é compreender que essa interdependência produz *desafios reais*, com *consequências reais*⁷.

Debruçando-se sobre tais questões Kremer e Müller (2014a) desenvolvem argumento que aponta para um processo de “ciberização” (*cyberization*) das relações internacionais compreendido pela “penetração de todos os diferentes campos das relações internacionais por diferentes meios do ciberespaço por um lado, e a crescente dependência dos atores nas relações internacionais em infraestrutura, instrumentos e meios oferecidos pelo ciberespaço, por outro lado” (idem, p. XI, trad. nossa). Entretanto, observa-se que esse processo não é acompanhado pelas teorias desse campo de estudo.

Muitos autores, advogam em mesmo sentido apontando a necessidade de estabelecer aparatos conceituais adequados ao novo contexto (Choucri, 2012; Guimarães Jr, 2000; Below, 2014), ou preconizando a necessidade de novos

⁷ Em 2010, a revelação do *Stuxnet*, um vírus de computador que danificou os sistemas de operação de uma usina de enriquecimento de urânio no Irã, demonstrou a realidade de danos físicos a partir de armas cibernéticas sofisticadas (Shaheen, 2014). Enquanto que ataques à empresas, roubos de dados de usuários e a espionagem cibernética ampliam-se. Adiciona-se que a potencialidade oferecida por meios de comunicação se manifesta em uma série de pontos, como na organização dos protestos da assim chamada “Primavera Árabe” por meio digital (Below, 2014) e na midiaticização de práticas extremistas (Novais, 2012) como nos recentes vídeos do grupo ISIS, comumente conhecido por “Estado Islâmico”. Além disso, destacamos as investigações das agências de inteligência estadunidenses sobre uma possível intervenção de *hackers* nas eleições presidenciais de 2016. Isso ressalta que a atenção ao ciberespaço é pertinente, justificando o interesse pela temática.

vocabulários e tipologias (Crosston, 2014; Greathouse, 2014; Kremer e Müller, 2014b). Enquanto que Choucri e Goldsmith (2012) apontam que os estudos sobre ciberespaço padecem de lacunas de três tipos: teoria cibernética, dados empíricos e análise de políticas.

Os *desafios reais* com *consequências reais* estabelecidos na seção anterior se apresentam na própria relação entre Teoria de Relações Internacionais (TRI) e ciberespaço. Visto que muitas das concepções da disciplina foram cunhadas dentro de um parâmetro realista, durante o século XX, que via no “sistema internacional” o Estado enquanto seu ator principal, separando a “política nacional” da “política internacional”, tais concepções não se coadunam com a realidade do ciberespaço (Choucri e Goldsmith, 2012; Choucri, 2012; Manjikian, 2010) marcado por questões, para citar apenas alguns exemplos, como a multiplicidade de atores e suas influências numa dinâmica de difusão do poder (Nye Jr, 2010, 2012); delimitações territoriais fluídas que implicam numa movimentação também fluída da informação (Fernandes, 2012; Martins, 2012); interpenetração de sistemas de controle de operação civis e militares (Greathouse, 2014); e o problema da anonimidade que resulta em dificuldades de atribuição em contextos de ataques cibernéticos (Chawki, 2006; Shaheen, 2014; Kiggins, 2014).

Nota-se que muitos trabalhos cujos ensejos procuram desnudar as questões e contradições do ciberespaço recaem ou sob o pano de fundo hegemônico realista, ao discutir somente questões de *Realpolitik* como guerra cibernética, teorias de dissuasão⁸ e estudos de segurança⁹, ou recaem sob o viés

⁸ Referimo-nos às concepções teóricas oriundas do período da Guerra Fria cujo cerne da reflexão encontrava-se na teorização do impacto das bombas termonucleares para as relações internacionais. Numa simplificação grosseira, ponderavam os efeitos que a expansão de tais armas traria para a estabilidade internacional, alguns chegando a propor uma “paz nuclear”. Encontramos um bom paralelo entre essas visões e sua aplicação para as questões que envolvem o ciberespaço em *Nuclear Lessons for Cybersecurity?* (Nye Jr, 2011). A dissuasão no ciberespaço é o cerne das propostas do *National Committee on American Foreign Policy, think tank* estadunidense fundado por Hans Morgenthau em 1974 (Maker, 2017).

⁹ Iniciados principalmente no pós-Segunda Guerra, os “estudos de segurança” apresentavam nesse período uma clara retórica “realista”, no qual há a dominância do referencial estadocêntrico e a visão da própria segurança pensada em termos de poder (derivada da

liberal “transnacional” ao discutir temas relacionados à governança e ampliação de legislação, perdendo de vista problemas como as clivagens de acesso ao ciberespaço e o desenvolvimento desigual desse ambiente ao redor do globo.

A partir disso, compreendemos que o problema de adequação das “teorias tradicionais” de RRII ao ciberespaço advém de uma concepção que preconiza a separação entre as esferas do “nacional” e do “internacional” (Kremer e Müller, 2014a, pp. V-IX), a separação entre Estado e sociedade civil e, além disso, de uma “transnacionalidade” que remete a uma homogeneização do ambiente que, todavia, não existe¹⁰. A seção seguinte tem por objetivo fornecer um panorama teórico alternativo: as categorias gramscianas se tomadas com rigor metodológico podem superar a visão tradicional e, dessa forma, fornecer respostas mais adequadas à dinâmica do ciberespaço.

3. Estado, hegemonia e a “perspectiva internacional” de Gramsci

Nessa seção, trazemos a proposta de reflexão sobre a aplicabilidade de categorias cunhadas pelo teórico italiano Antonio Gramsci como uma forma de compreender as questões acima apontadas que são perdidas de vista pelas outras tradições teóricas. A fragmentária, porém profícua, obra do pensador sardo pode contribuir para o campo de estudos do ciberespaço e as relações internacionais que nele se dão, justamente por levar em conta uma concepção orgânica do Estado em constante relação com a esfera do internacional – relação esta que, a partir de desenvolvimentos recentes na literatura, aparece articulada

própria concepção hobbesiana das relações internacionais). Cabe mencionar, os próprios desdobramentos desse campo geraram críticas desde uma visão “liberal”, focada na cooperação internacional, com forte viés institucionalista. Ao mesmo tempo, frutos do pós-Guerra Fria, temos uma literatura que procura uma perspectiva crítica aos estudos de segurança focando em aspectos como análise do discurso (processo) e a questão da segurança humana, de gênero ou de etnia, como os estudos de securitização da escola de Copenhague e os *Critical Security Studies (CSS)* (Peoples; Vaughan-Williams, 2010). Para uma recuperação das tradições nos estudos de segurança ver também: Ratuva (2016). Além disso, as críticas de Passos (2014) aos *CSS* foram fundamentais para nosso trabalho.

¹⁰ Corroboramos com uma interpretação ampla das insuficiências do que compreendemos por “teorias tradicionais” de Relações Internacionais. Os pontos elencados no texto referem-se não somente ao ciberespaço, mas aos objetos em geral dessa disciplina. A discussão da quarta seção ressalta esse ponto, principalmente a partir das contribuições de Justin Rosenberg.

Gramsci online? Um estudo preliminar sobre a aplicabilidade das categorias gramscianas ao ciberespaço | Friedrich Maier | 304-327

com a perspectiva do desenvolvimento desigual e combinado (DDC) do capitalismo global.

Antes de tudo, há que se considerar as advertências no trato da obra gramsciana. O estudo desse autor preconiza uma postura que vise encontrar, antes de conceitos definidos e estáveis, uma aproximação que leve em conta a “forma gramsciana de pensar” (Morton, 2007) assim as “palavras de Gramsci”, principalmente no período carcerário, devem ser entendidas em sua mobilidade. Tal entendimento só se obtém a partir de “uma leitura que valorize o caráter fragmentário da obra do marxista sardo, as fontes às quais ele recorre e o tempo de sua produção” (Bianchi, 2008, p. 173).

Esse cuidado metodológico se deve porque, como aponta Morton (2007), houve inúmeras tentativas de moldar as proposições gramscianas de acordo com os interesses de determinada época ou grupo, assim temos Gramsci como “caminho italiano do socialismo”, como “Leninista Italiano”; Gramsci como um pós-leninista a fim sustentar a ideia eurocomunista das décadas de 1970 e 1980; Gramsci como um pós-comunista a partir de 1990 e, até mesmo, um “Gramsci liberal”, com ênfase nas questões culturais por meio de um afastamento de seus escritos com a tradição do materialismo histórico (idem, p. 80). Implicando que essa “... redução de Gramsci a outra(s) matriz(es) de ‘verdade’, conduziu à negação da sua originalidade teórica” (Dias, 1996, p. 106)¹¹.

Seguindo tais advertências, encontramos na concepção do Estado moderno uma das primeiras contribuições de valor para o trabalho aqui proposto. Longe de conceber o Estado “como uma coisa em si, como um

¹¹ Desse modo assume grande importância a publicação da edição crítica dos Cadernos do Cárcere por Valentino Gerratana (1975) que fornece a totalidade dos parágrafos divididos em textos A (primeira redação), textos B (única redação) e textos C (segunda redação com ou sem alterações). A data aproximada do período de confecção de cada caderno ajuda na compreensão do *leitmotiv* gramsciano.

absoluto racional” (Gramsci, 1975, Q1§150, p. 133, trad. nossa)¹² e em contraposição à aceção liberal de distinção formal entre “sociedade civil” e “Estado”, o sardo propõe uma compreensão do conjunto estatal a partir da posição dialética de uma união-distinção entre “sociedade civil” e “sociedade política”, isto é, uma distinção entre os dois que se dá apenas numa mirada metodológica, pois a vida histórica real implica sua relação orgânica. Assim, com a categoria de “Estado” Gramsci compreende a relação entre os dois “planos superestruturais” dentro dos Estados ocidentais modernos (Liguori, 2017) e traz à tona a reflexão – a partir da visão do conceito de hegemonia abaixo especificado – da ação estatal “pelos canais *explicitamente* públicos ou de canais *formalmente* privados” (idem, ibidem, p. 262), isto é, a sociedade civil cumprindo “funções estatais”.

O conceito de “Estado” resume-se, assim, na célebre síntese: “Estado = sociedade política + sociedade civil, hegemonia encouraçada de coerção” (Idem, Q6§88, p. 763-764, trad. nossa). Nessa concepção, não se pode pensar o âmbito estatal sem distinguir – metodologicamente – a esfera civil e seus “aparelhos privados da hegemonia” que, ao lado e em conjunto com o próprio aparelho estatal e suas instituições burocrático-repressivas, cumprem a função de expansão da concepção de mundo da classe dirigente, ampliando seu consenso. “A sociedade civil não é, portanto, uma instância do real. Ela é uma das formas da natureza estatal” (Dias, 1996b, p. 113).

A partir disso, pensar o Estado significa pensá-lo em *relação com suas distintas coletividades internas* e não como um bloco monolítico. Justamente nesse ponto, insere-se a questão da hegemonia, a partir do excerto que se relaciona com a própria concepção do “Estado” (hegemonia encouraçada de coerção):

¹² Utilizaremos nesse artigo a forma de referência comumente utilizada em textos que versam sobre Gramsci, desse modo, “Q” indica o caderno e “§” o parágrafo no qual encontra-se o texto. A utilização principal é a versão crítica dos escritos carcerários editados por Valetino Gerrata (Gramsci, 1975), quando necessário recorreremos também à importante versão brasileira da obra (Gramsci, 2002) traduzida por C. N. Coutinho.

O critério metodológico que deve basear sua análise é este: que a supremacia de um grupo social se manifesta em dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a liquidar ou a submeter também com a força armada e é dirigente dos grupos semelhantes e aliados. Um grupo social pode e deve ser dirigente antes mesmo de conquistar o poder governamental (é essa uma das condições principais do mesmo para a conquista do poder); depois, quando exercita o poder e também o tem fortemente em mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também “dirigente” (Gramsci, 1975, Q19§24, p. 2010-2011, trad. nossa).

Central à obra gramsciana, a categoria de hegemonia assume diferentes sentidos em determinados contextos¹³ e nesse excerto assume a feição de “domínio” e “direção intelectual e moral”. A hegemonia explicita de que modo uma determinada classe social fundamental elabora uma visão de mundo autônoma com o objetivo de “[d]iferenciar-se, contrapor-se como visão de mundo às demais classes, afirmar-se como projeto para si e para a sociedade; ser direção das classes subalternas e dominadas na construção de uma nova forma civilizatória” (Dias, 1996a, p. 10).

Nesse sentido, a hegemonia é sempre uma “relação pedagógica” (Q10/II §44) e em sua forma “normal” consenso e força (ou coerção) se equilibram de maneiras variadas “sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria” (Gramsci, 2002, Q13§37, p. 95). O que faz considerar, tendo a concepção de Estado acima elaborada, a questão dos aparatos privados de hegemonia, isto é, a mobilização do consenso por meio dos aparatos da sociedade civil “conjunto[s] de ‘organizações assim chamadas privadas’: ‘assim chamadas’, portanto não propriamente privadas” (Liguori, 2017, p. 262). São as

¹³ Thomas (2013), por exemplo, propõe uma possibilidade de separação em quatro momentos que a categoria de hegemonia assume nos *Quaderni*: hegemonia como liderança política e social, hegemonia como projeto político, hegemonia como aparato hegemônico e hegemonia política e social do movimento dos trabalhadores.

escolas, universidades, centros culturais, sindicatos, jornais, associações e clubes, igrejas, nomes de ruas, obras pias e até mesmo beneficentes. Elementos que corroboram para a manutenção da hegemonia da classe dirigente.

A hegemonia permite discernir, portanto, como tais aparelhos privados de hegemonia formam uma “cadeia robusta de fortalezas e casamatas” (Gramsci, 1975, Q7§16, p. 865) que protegem e garantem a concepção do mundo dirigente. Desse modo, a sociedade civil no invólucro da sociedade política (Q8§130) constitui um sistema de trincheiras (Q7§16; Q13§7, §24) sob a hegemonia da classe dirigente fazendo “que o indivíduo particular se governe por si sem que, por isto, este seu autogoverno entre em conflito com a sociedade política, tornando-se, ao contrário, sua normal continuação, seu complemento orgânico” (Gramsci, 2002, Q8§130, p. 279)¹⁴.

É por isso que “[a]quilo que se chama “opinião pública” está estreitamente ligado com a hegemonia política, aquilo que é o ponto de contato entre a ‘sociedade civil’ e a ‘sociedade política’, entre o consenso e a força” (Gramsci, 1975, Q7§83, pp. 914, trad. nossa). Nesse ponto uma hegemonia, direção moral e intelectual em união-distinção com a coerção, aparece como um processo dinâmico “constantemente construído e constantemente contestado através de diferentes formas de luta de classes” (Morton, 2007, p. 78, trad. nossa).

Cabe adicionar ainda que a obra gramsciana contempla de modo útil aos nossos objetivos a perspectiva internacional. A mirada do autor para a relação entre as esferas “nacionais” e “internacionais” pode ser contemplada numa postura do nacional enquanto “nodal”, isto é, enquanto ponto de partida e não enquanto referente único (Morton, 2007, pp. 99-102). Em uma série de

¹⁴ Cabe ainda ressaltar que – diferentemente de uma “leitura liberal de Gramsci” – a sociedade civil não é apenas o reino do “consenso”, o próprio autor demonstrou, ao refletir sobre o *arditismo* (Q1§133), como as classes dirigentes podem recorrer dentro do âmbito da sociedade civil ao uso da força (muitas vezes ilegal) na manutenção de seu domínio. Bianchi (2008) também reflete sobre a união-distinção entre coerção-consenso na sociedade civil (pp. 178-187).

passagens Gramsci deixa clara essa “consciência internacional”¹⁵ trazendo importantes reflexões acerca da relação (cindida pelo realismo) entre o âmbito nacional e o internacional:

Deve-se levar ainda em conta que estas relações internas de um Estado-Nação entrelaçam-se com as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas. Uma ideologia, nascida num país mais desenvolvido, difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações (Gramsci, 2002, Q13§17, p. 42).

Essa “perspectiva internacional” em conjunto com as instigantes ideias do sardo acabaram por torna-lo um autor importante para a TRI. Categorias como a hegemonia foram exploradas por estudiosos que procuravam perpassar as concepções realistas e neorrealistas então em voga. Destacamos, como exemplo, Cox (1999) e toda uma miríade de autores chamados “neogramscianos”. Apesar disso, nosso referencial volta-se para uma apreensão mais recente de Gramsci dentro da disciplina, como apontado na seção a seguir.

4. Os desenvolvimentos recentes na teoria do DDC: uma refundação das Relações Internacionais?

Resta esclarecer a teoria do desenvolvimento desigual e combinado (DDC) a ser discernida na obra gramsciana e aplicada ao contexto do ciberespaço. A teoria do DDC tal como proposta por Trotsky (1977) permite compreender a dinâmica espacial do desenvolvimento do capitalismo e o processo de adaptação dos novos estados capitalistas à competição do mercado internacional. Refletindo sobre a Revolução de 1917 o autor procurava respostas nas particularidades históricas, sociais e culturais da Rússia. Desse modo, num primeiro momento, a “desigualdade” entre os Estados aparece

¹⁵ Seja refletindo sobre a noção de “Grande potência” (Q13§15, §19, §32), seja na relação entre processo de formação nacional e relações internacionais no *Risorgimento* italiano (Q6§78; Q10/I§9; Q19§2, §5, §24) ou ainda sobre a questão da diplomacia (Q10/II§41) e a hegemonia enquanto relação pedagógica internacional (Q10/II §44), entre outros.

relacionada às questões geográficas e naturais, mas o avanço das formas produtivas altera tal panorama com a emergência do modo de produção capitalista.

Assim, as diversas desigualdades são paulatinamente colocadas em um padrão competitivo que deriva da própria lógica de acumulação capitalista (Allison e Anievas, 2009). Aqui compreendemos o “chicote de necessidade externa” proposto por Trotsky. A expansão do capitalismo relaciona-se à geopolítica do sistema de Estados e o padrão competitivo acaba por influenciar os estados “atrasados” em relação aos estados mais desenvolvidos. Há, portanto, a necessidade de “adequação” ao padrão de acumulação, o que acaba por engendrar a “combinação”: a estrutura antiga combina-se com as modernas técnicas produtivas, forma-se o “amálgama das formas arcaicas com as mais modernas”. Encontramos assim o “privilégio do atraso”, isto é, o modo pelo qual cada estado “combina” o moderno e o antigo.

Visto a ideia de Trotsky de forma simplificada, o presente artigo dialoga com desenvolvimentos recentes dentro da literatura de TRI que apontam grandes possibilidades explicativas numa mirada que contemple o DDC e a relação entre capitalismo global e a geopolítica do sistema de Estados (Bieler e Morton, 2015) e, mais além, do DDC como possibilidade de fundamentação sociológica do “internacional” a partir do conceito de “desenvolvimento social” (Rosenberg, 2010). Dessa forma, a perspectiva do DDC permite rejeitar a homogeneidade e, mais ainda, a transnacionalidade como resultados do pós-Guerra Fria, trazendo para a discussão a existência de distintas temporalidades e níveis de desenvolvimento no panorama internacional.

Além disso, textos recentes versam sobre como as potencialidades do DDC, enquanto perspectiva teórica e metodológica, influem na própria visão ontológica das Relações Internacionais. Dentro desse ponto, ressaltamos a reflexão de Rosenberg (2016) sobre o fato desta disciplina estar “presa” ao caráter ontológico da Ciência Política, figurando apenas como seu subcampo,

por não possuir uma fundamentação própria, o que limita suas potencialidades de desenvolvimento.

Visando a “escapar” dessa prisão, o autor preconiza o argumento da multiplicidade de sociedades humanas – *desiguais* – em coexistência – *combinadas* – como caractere fundacional da disciplina, isto é, as RRII se inseririam a partir da constatação ontológica de que a existência humana se dá, desde o início, numa multiplicidade de instâncias, independentemente das formas que tome, focando dessa forma no caráter fragmentário político e sociológico da humanidade. Aqui, a ideia original sobre o DDC se expande abrindo novas possibilidades de análise e teorização.

Nesse ponto seguindo Morton (2007, 2011) e outros (Gray, 2010; Thomas, 2013), esse trabalho pretende relacionar categorias gramscianas com o DDC. Dentro da obra do próprio Gramsci existem apontamentos para sua visão do sistema internacional que contempla – assim como para Trotsky – o ponto de partida metodológico do “capitalismo em seu desenvolvimento histórico-mundial condicionado internacionalmente” (Allison e Anievas, 2010, p. 473, trad. nossa) ao invés do “estado nação”¹⁶.

Assim, tal mirada fornece possibilidades de análises inovadoras para os processos de formação e integração dos Estados-nacionais ao sistema internacional e, além disso, a relação desse sistema internacional com a expansão geográfica do capitalismo. Para os nossos objetivos em relação ao ciberespaço, essa postura teórica revela-se pertinente para analisar as desigualdades do mundo cyber em relação ao seu desenvolvimento, isto é, apontamos a dinâmica fragmentária desse ambiente e ao mesmo tempo sua

¹⁶ São exemplos: “O capitalismo é um fenômeno histórico mundial e seu desenvolvimento desigual significa que as nações individuais não podem estar no mesmo nível de desenvolvimento econômico ao mesmo tempo” (Gramsci, *apud* Morton, 2007, p. 1); “Deve-se levar ainda em conta que estas relações internas de um Estado-Nação se entrelaçam com as relações internacionais, criando **novas combinações originais e historicamente concretas.**” (Gramsci, 2002, Q13§17, p 42, grifo nosso); “Como [...] a situação internacional deve ser considerada em seu aspecto nacional. Realmente, **a relação ‘nacional’ é o resultado de uma combinação ‘original’ única** (em certo sentido), **que deve ser compreendida e concebida nesta originalidade e unicidade** se se quer dominá-la e dirigi-la” (Idem, Q14§68, p. 314, grifo nosso).

“combinação”: *a rede não é homogênea*, possui pontos de extremo desenvolvimento e pontos de semi-isolamento. Seguiremos agora para a conclusão que pretende relacionar de modo preliminar as questões cibernéticas com o panorama teórico especificado.

5. Conclusão: em busca de uma nova mirada para o ciberespaço

Tendo por hipótese uma possibilidade de adequação das categorias gramscianas ao ciberespaço por meio de uma perspectiva que contempla o DDC do capitalismo global, esse trabalho é consciente das dificuldades do emprego de um autor “clássico” para lidar com um objeto de estudo tão intangível e distante do seu contexto cultural como é o ciberespaço. Todavia, partindo dos próprios recursos metodológicos que Gramsci deixou nos *Quaderni*, apontamos que a discussão da categoria de “tradução” ou “tradutibilidade” (ou ainda, “traducibilidade”) pode auxiliar numa postura de cuidado metodológico, a fim de evitar ecletismos ou empregos equivocados de conceitos.

A tradutibilidade consiste numa postura que contemple, ao tomarem-se conceitos de tradições intelectuais distintas, um cuidado com o contexto histórico e com a ressignificação dos mesmos (Passos, 2013), a fim de evitar o problema teórico do ecletismo (Passos, 2014; 2015). A tradutibilidade foi empregada por Gramsci nos *Quaderni*, por exemplo, em sua relação com o filósofo idealista Benedetto Croce, do qual Gramsci extrai o conceito de “história ético-política” e, após uma crítica ao seu caráter especulativo, ressignifica-o dentro de sua teoria da hegemonia. Isso implica que para Gramsci a tradução “trata-se não apenas da tradução entre línguas naturais, como também de tradução entre paradigmas e suas linguagens” (Boothman, 2017, p. 781).

Tal consideração remete à discussão do historicismo da obra gramsciana que objetiva a “aplicação e ressignificação de suas categorias para outros tempos e particularidades históricas” de modo que “[e]ste é o sentido da tradução das categorias gramscianas, bem como a incorporação de modo histórico, ressignificado e não eclético de outras fontes para o seu marxismo”

(Passos, 2014, p. 109), em consonância com a constante transformação histórica da própria realidade.

Nesse sentido, a tradução, para ser possível precisa da existência de “bases sociais (em sentido marxiano) semelhantes entre elas, ou atuais ou em uma fase anterior da cultura que se traduz” (Boothman,, 2017, p. 784). Isto é, elementos da realidade compartilhados – e não apenas a aproximação de termos abstratos – são necessários para a tradução proposta por Gramsci.

Apontamos, ainda de forma preliminar, que tais relações existem em nosso caso: o sardo ao cunhar o termo da hegemonia e sua visão orgânica do Estado, lançava-se na épica empreitada de discernir a base subjetiva, pré-intencional, que garantia a concepção de mundo das classes dirigentes. Por isso sua atenção aos meios de comunicação, ao rádio e, principalmente, à imprensa e ao jornalismo. Hoje, podemos inferir que o ciberespaço e as profundas modificações sociais, econômicas e internacionais trazidas por esse impactam igualmente o processo de constituição e manutenção das hegemonias, bem como oferecem relacionamentos – reais, estruturais – que podem ser perscrutados pelas categorias cunhadas por Gramsci.

Sendo assim, se aplicadas com rigor metodológico essas categorias podem fornecer um contraponto crítico para uma série de visões que colocam o ciberespaço enquanto elemento “revolucionário” da situação tanto estatal quanto da sociedade civil¹⁷. Outra possibilidade se encontra na categoria de “Estado”, adequada em nossa visão para mirar as relações orgânicas entre “Estado” e “sociedade civil” no ciberespaço, ambiente no qual mais de 98% da informação do governo dos EUA flui por meio de suas redes civis (Greathouse, 2014, p. 33)

Além disso, a dinâmica de constante embate social com aspirações hegemônicas contemplada por Gramsci, também transfere-se ao ciberespaço e se torna mais complexa, a partir da potencialização das novas formas que os

¹⁷ Como corriqueiramente acontece na literatura de alguns “apologistas do ciberespaço”, ver: Bresciani (2007).

meios cibernéticos fornecem para a comunicação de ideias de um-para-um (e-mails); de um-para-muitos (site ou conferência); de muitos-para-um (transmissão eletrônica); de muitos-para-muitos (fóruns de discussão) à velocidades maiores e ignorando distâncias geográficas – desde que ambos, transmissor(es) e receptor(es), estejam conectados ao ciberespaço (Nye Jr, 2002, p. 52).

Para além disso, reiteramos as possibilidades da visão contemplada por Gramsci e Trotsky do Estado enquanto “nodal”: nacional e internacional se relacionam de modo muito mais intenso no mundo cibernético, uma vez que “todo o facto doméstico sucedido no seio do Estado [...] pode constituir um facto ou uma ação potencialmente internacionalizável pela sua transposição ou deslocalização do espaço físico para a realidade virtual.” (Martins, 2012, p. 40) Assim, ao romper com o padrão tradicional de cisão entre “nacional” e “internacional” tal mirada adequa-se ao contexto de fronteiras parcialmente fluídas do ciberespaço.

O que se completa a partir da visão da multiplicidade humana recuperada na teoria do DDC. Tal perspectiva se aplicada ao ciberespaço, permite mirá-lo de uma forma inovadora: as múltiplas temporalidades e os diferentes estágios de desenvolvimento dentro desse ambiente são, todavia, combinados dentro de uma “rede global” que conecta tais temporalidades num único sentido que por sua vez carrega em si uma hegemonia. Um berbere do Marrocos, um estadunidense no Vale do Silício e um chinês sob o “*Grande Firewall*” conectam-se ao ciberespaço a partir de diferentes infraestruturas e padrões de acesso.

Referências

ALLISON, Jamie C.; ANIEVAS, Alexander (2010). "The uneven and combined development of the Meiji Restoration: A passive revolutionary road to capitalist modernity". *Capital e Class*, v. 34, pp. 469-490.

____ (2009). "The uses and misuses of uneven and combined development: an anatomy of a concept". *Cambridge Review of International Affairs*, v. 22, n.1, pp. 47-67, 2009.

BARLOW, John Perry (1996). *A Declaration of the Independence of Cyberspace*. Davos, Suíça. Disponível em <<https://www.eff.org/pt-br/cyberspace-independence>>. Acesso em: 20 mar 2017.

BAY, Morten (2016). "WHAT IS CYBERSECURITY? In search of an encompassing definition for the post-Snowden era". *French Journal For Media Research*, n. 6, pp. 04-09.

BELOW, Katharina C (2014). "The Utility of Timeless Thoughts: Hannah Arendt's Conceptions of Power and Violence in the Age of Cyberization", em KREMER, J; MÜLLER, B. (org.). *Cyberspace and International Relations: Theory, Prospects and Challenges*, Berlim Heidelberg: Springer.

BIANCHI, Alvaro (2008). *O laboratório de Gramsci: filosofia, história, política*. São Paulo: Alameda.

BIELER, Andreas e MORTON, Adam D (2015). "Axis of Evil or Access to Diesel? Spaces of New Imperialism and the Iraq War". *Historical Materialism*, v. 23, n. 2, pp. 94-130.

BRESCIANI, Alex Antonio (2007). "*Sociedade em Rede*": faces virtuais da ideologia capitalista no século XXI. Dissertação (Mestrado) em Ciências Sociais. Marília: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

BOOTHMAN, Derek (2017). "Tradução", em LIGUORI, G. e VOZA, P. (org.). *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo.

CASTELLS, Manuel (2002). "*Sociedade em rede*". (*A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1*) Trad: Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra.

CHAWKI, Mohamed (2006). "Anonymity in Cyberspace: Finding the Balance between Privacy and Security". *Droit-Tic*.

Gramsci online? Um estudo preliminar sobre a aplicabilidade das categorias gramscianas ao ciberespaço | Friedrich Maier | 304-327

CHOUCRI, Nazli (2012). *Cyberpolitics*. Cambridge/Londres: The MIT Press.

CHOUCRI, Nazli; GOLDSMITH, Daniel (2012). “Lost in cyberspace: Harnessing the Internet, international relations and global security”. *Bulletin of the Atomic Scientists*, v. 68, n. 2, pp. 70-77.

CROSTON, Matthew (2014). “Phreak the Speak: The Flawed Communications within Cyber Intelligentsia”, em KREMER, J; MÜLLER, B. (org.). *Cyberspace and International Relations: Theory, Prospects and Challenges*, Berlim Heidelberg: Springer.

COX, Robert W (1999). Civil society at the turn of the millennium: prospects for an alternative world order. *Review of International Studies*, v. 25, pp. 3-28.

DIAS, Edmundo Fernandes (1996a). ‘Hegemonia: racionalidade que se faz história’, em DIAS, E. F. et al. *O Outro Gramsci*. São Paulo: Editora Xamã.

____ (1996b). “Sobre a leitura dos textos gramscianos”, em DIAS, E. F. et al. *O Outro Gramsci*. São Paulo: Editora Xamã.

FERNANDES, José Pedro Teixeira (2012). “Utopia, Liberdade e Soberania no Ciberespaço”. *NAÇÃO E DEFESA*, Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, n. 133 – 5ª série, pp. 11-31.

GRAMSCI, Antonio (2002). *Cadernos do Cárcere*, v. 3. Trad: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

____ (1975). *Quaderni del carcere*, Torino: Einaudi.

GRAY, Kevin (2010). “Labour and the state in China’s passive revolution”. *Capital e Class*, v. 34, n. 3, pp. 449-467.

GREATHOUSE, Craig B (2014). “Cyber War and Strategic Thought: Do the Classic Theorists Still Matter?”, em KREMER, J; MÜLLER, B. (org.). *Cyberspace and International Relations: Theory, Prospects and Challenges*, Berlim Heidelberg: Springer.

GUIMARÃES JR, Mário J. L (2000). “O ciberespaço como Cenário para as Ciências Sociais”. *ILHA*, Florianópolis, n. 1, pp. 139-154.

HUGHES, Rex (2010). “A treaty for cyberspace”. *International Affairs*, v. 86, n. 2, pp. 523-541.

KIGGINS, Ryan David (2014). “US Leadership in Cyberspace: Transnational Cyber Security and Global Governance”, em KREMER, J; MÜLLER, B. (org.). *Cyberspace and International Relations: Theory, Prospects and Challenges*, Berlim Heidelberg: Springer.

KIM, Joon Ho (2004). “Cibernética, ciborgues e ciberespaço: notas sobre as origens da cibernética e sua reinvenção cultural”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 10, n. 21, pp. 199-219.

KREMER, J; MÜLLER, B. (org.) (2014a). *Cyberspace and International Relations: Theory, Prospects and Challenges*. Berlim Heidelberg: Springer.

____ (2014b). “A Framework to Understand Emerging Challenges to States in an Interconnected World”, em KREMER, J; MÜLLER, B. (org.). *Cyberspace and International Relations: Theory, Prospects and Challenges*, Berlim Heidelberg: Springer.

LIGUORI, Guido e VOZA, Pasquale (org.) (2017). *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo.

LIGUORI, G. “Hegemonia” (2017), em: LIGUORI, G. e VOZA, P. (org.). *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo.

MAKER, S. R. “New Frontier in Defense: Cyberspace and U.S. Foreign Policy”. Nova Iorque: *National Committee on American Foreign Policy*, maio 2017.

MANJIKIAN, Mary Mc Evoy (2010). “From global village to virtual battlespace: the colonizing of the Internet and the extension of Realpolitik”. *International Studies Quarterly*, n 54, pp. 381-401.

MARTINS, Marco (2012). “Ciberespaço: uma Nova Realidade para a Segurança Internacional”. *NAÇÃO E DEFESA*, Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, n. 133 – 5ª série, pp. 32-49.

MORTON, Adam David (2007). *Unravelling Gramsci: Hegemony and Passive Revolution in the Global Political Economy*. Londres: Pluto Press.

NOVAIS, Rui Alexandre (2012). “Media e (Ciber)Terrorismo”. *NAÇÃO E DEFESA*, Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, n. 133 – 5ª série, pp. 89-103.

NYE JR, Joseph S (2010). *Cyber Power*. Cambridge: Harvard Kennedy School.

____ (2012). *O futuro do poder*. São Paulo: Benvirá.

Gramsci online? Um estudo preliminar sobre a aplicabilidade das categorias gramscianas ao ciberespaço | Friedrich Maier | 304-327

____ (2011). “Nuclear Lessons for Cyber Security?” *Strategic Studies Quarterly*, pp. 18-38.

OTTIS, R.; LORENTS, P (2010). “Cyberspace: Definition and implications”. *ICIW*, 267–270.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos (2014). “Hegemonia Internacional no Século XXI em Perspectiva Gramsciana: um Esboço sobre o Papel Dirigente das Classes e Grupos Sociais”, em PASSOS, R. D. F.; VIEIRA, N. R; SIMONETTI, M. C. L. *Relações internacionais contemporâneas: novos protagonistas e novas conjunturas*. Marília: Editora Universitária.

____ (2015). “Uma análise preliminar sobre a interpretação de Gramsci por Robert W. Cox”. *Informe Econômico*, pp. 39-44.

____ (2013). “GRAMSCI E A TEORIA CRÍTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS”. *Revista Novos Rumos*, v. 50, n. 2.

PEOPLES, C; VAUGHAN-WILLIAMS, N (2010). *Critical Security Studies: and introduction*. Nova Iorque: Routledge.

RATUVA, S. (2016). “Subalternization of the global south: Critique of mainstream ‘Western’ security discourses”. *Cultural Dynamics*, v. 28, n. 2, pp. 221-228.

ROSENBERG, Justin (2009). “Basic problems in the theory of uneven and combined development: a reply to the CRIA forum”. *Cambridge Review of International Affairs*, v. 22, n. 1, pp. 107-110.

____ (2010). “Basic problems in the theory of uneven and combined development. Part II: unevenness and political multiplicity”, *Cambridge Review of International Affairs*, n. 23, v.1, pp. 165-189.

____ (2016). “International relations in the prison of Political Science”. [S. n.] Universidade de Sussex, Brighton – Reino Unido.

SHAHEEN, Salma (2014). “Offense–Defense Balance in Cyber Warfare”. em KREMER, J; MÜLLER, B. (org.). *Cyberspace and International Relations: Theory, Prospects and Challenges*, Berlim Heidelberg: Springer.

STERLING, Bruce (1992). *The hacker crackdown: law and disorder on the electronic frontier*. New York: Bantam Books.

Gramsci online? Um estudo preliminar sobre a aplicabilidade das categorias gramscianas ao ciberespaço | Friedrich Maier | 304-327

THOMAS, Peter D (2013). “Hegemony, passive revolution and the modern Prince”. *Thesis Eleven*, v. 117, n. 1, pp. 20-39.

TROTSKY, Leon (1977). *A história da Revolução russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

UMPLEBY, S (2000). *Defining “Cybernetics”*, 2000. Disponível em <<http://www.asccybernetics.org/foundations/definitions.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

Recebido em: 13/06/2017
Aprovado em: 09/02/2018